

Liame entre Serviço Social e Trabalho

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Liame entre Serviço Social e Trabalho

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L693 Liame entre serviço social e trabalho [recurso eletrônico] /
Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-22-2
DOI 10.22533/at.ed.222182808

1. Assistentes sociais. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Serviço
social – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 361.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Liame entre o Serviço Social e o Trabalho” apresenta uma série de 26 artigos com temas relacionados às áreas de políticas públicas, garantia de direitos, relações com o mundo do trabalho e a formação profissional dos assistente sociais.

Através dos artigos é possível identificar expressões da questão social presentes no atual contexto social, especialmente no Brasil, e que são expressos através da vivência de situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

A abordagem realizada com relação às políticas públicas e políticas de garantia de direitos possibilita o reconhecimento das especificidades presentes em cada uma destas no que se refere aos desafios e potencialidades identificadas no campo da proteção social.

A produção de conhecimentos através das pesquisas na referida área mostra-se essencial no atual contexto brasileiro, em que encontram-se em risco os avanços e garantias conquistados pela classe trabalhadora no que se refere à implementação de políticas públicas que devem materializar as ainda recentes previsões estabelecidas a partir da vigência do Estado Democrático de Direito no país.

Desejo uma boa leitura a todos e a todas, e que este e-book possa colaborar para a formação continuada de estudantes e de profissionais atuantes nas políticas públicas, bem como, para contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas às temáticas então apresentadas.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE O PRESCRITO E O REAL

Sônia Lopes Siqueira

Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

CAPÍTULO 2 13

A TRAVESSIA ENTRE A CRISE E A PROTEÇÃO SOCIAL: O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Valter Martins

Carolina Quemel Nogueira Pinto

CAPÍTULO 3 30

A AVALIAÇÃO NO SEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Dayane Milani

Tassiany Maressa Santos Aguiar

EIXO 2: POLÍTICA DE ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 4 39

A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG

Leiliane Chaves Mageste de Almeida

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Suely de Fátima Ramos Silveira

CAPÍTULO 5 52

PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Stela da Silva Ferreira

Abigail Silvestre Torres

CAPÍTULO 6 67

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ASSISTENCIALISMO, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA

Amanda Cardoso Barbosa

EIXO 3: POLÍTICA E SAÚDE

CAPÍTULO 7 76

A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cláudia Helena Julião

CAPÍTULO 8 90

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: INTERPRETAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria Maura de Moraes

Neusa da Silva Queiroz

EIXO 4: SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL ESTATAL

CAPÍTULO 9 105

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL QUANTITATIVO DOS ASSISTIDOS NO PROJETO PATRONATO DE PARANAÍ

Erick Dawson de Oliveira

Marluz Aparecida Tavares da Conceição

José Erasmo Silva

Maria Imaculada de Lima Montebelo

Karima Omar Hamdan

CAPÍTULO 10 117

O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Gabriel Cavalcante Cortez

CAPÍTULO 11 120

SÉRIE JUSTIÇA NO ÂMBITO FILOSÓFICO E JURÍDICO

Ingrid Mayumi Da Silva Yoshi

EIXO 5: POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS E VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

CAPÍTULO 12 124

O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

CAPÍTULO 13 133

AÇÕES AFIRMATIVAS: CONCEITOS E CONCEPÇÕES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ludimila Rodrigues Nunes

Angela Maria Caulyt Santos da Silva

CAPÍTULO 14 144

CONSTRUINDO A MORADIA ADEQUADA: A LUTA DO GARMIC PELA IMPLEMENTAÇÃO DA VILA DOS IDOSOS, PARI-SP

Filipe Augusto Portes

Lucas Bueno de Campos

Vânia Aparecida Gurian Varoto

Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Nayara Mendes Silva

CAPÍTULO 15 154

OPRESSÃO ÉTNICA E ESTIGMATIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS NAS PROPAGANDAS NAZISTAS

Amanda Cardoso Barbosa

CAPÍTULO 16 163

DIGNIDADES PERDIDAS: UM RELATO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

*Christiane Rabelo Britto
Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva
Brunna Rabelo Santiago*

CAPÍTULO 17 173

VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTIL: O SILÊNCIO DOS INOCENTES

Helen Catarina dos Santos Ferreira

EIXO 6: O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 18 182

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL: O DESAFIO DA OMNILATERALIDADE

*Carolina Poswar de Araújo Camenietzki
Adriana Cristina Omena dos Santos*

CAPÍTULO 19 193

AS CONTROVERTIDAS QUESTÕES DO ESTÁGIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jaime Hillesheim

CAPÍTULO 20 208

AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques

CAPÍTULO 21 216

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESTADO BURGUEÊS: REFLEXOS DA OFENSIVA DO CAPITAL À CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Jéssica Rodrigues Araújo

CAPÍTULO 22 229

GESTÃO EMPRESARIAL E ASCENSÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO

Cristiane Spricigo

EIXO 7: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 23 249

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS SUPERVISORES DE

CAMPO E DOCENTES

Vivianne Riker Batista de Sousa
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha
Maria Gracileide Alberto Lopes

CAPÍTULO 24 260

REQUISIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO USO DAS REGULACOES
PROFISSIONAIS, DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E TÉCNICAS DE SEU TRABALHO

Isabela Sarmet de Azevedo
Thamyres Siqueira Freire
Marlene Souza dos Santos

CAPÍTULO 25 270

OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: CRÍTICA À
ILUSÓRIA CONCEPÇÃO BURGUESA DE REALIDADE

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
José Rangel de Paiva Neto

CAPÍTULO 26 281

SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: CONFLUÊNCIAS E DESAFIOS

Nilvania Alves Gomes

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

A AVALIAÇÃO NO SEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Dayane Milani

Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP.

Tassiany Maressa Santos Aguiar

Mestre em Serviço Social pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP.

RESUMO: A avaliação em conjunto com o planejamento e o monitoramento são instrumentos indispensáveis no processo de gestão das políticas públicas e estratégias de intervenção profissional do Serviço Social para o controle social e gestão democrática, participativa e transparente. Este artigo apresenta discussões sobre a avaliação partindo da Política Social, do processo de Gestão Social e de seus instrumentos para chegar à discussão central: a avaliação enquanto instrumento indispensável no processo de gestão das políticas sociais. Por fim, deixamos as seguintes reflexões: qual o sentido da avaliação? Avaliar para que? Avaliar para quem?

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação; Gestão Social; Serviço Social.

ABSTRACT: Evaluation ensemble with planning and monitoring are indispensable

instruments in the process of managing public policies and professional intervention strategies of Social Work for social control and democratic, participative and transparent management. This article presents discussions about the evaluation based on Social Policy, the Social Management process and its instruments to reach the central discussion: evaluation as an indispensable instrument in the process of social policies management. Finally, we leave some reflections: what is the meaning of evaluation? Evaluate for what? Evaluate for whom?

KEYWORDS: Evaluation; Social Management; Social Work.

1 | INTRODUÇÃO

A avaliação de programas, projetos e serviços sociais é uma das dimensões da gestão social, também composta pelo planejamento e monitoramento, e parte constitutiva do processo de desenvolvimento das políticas sociais.

Segundo Boschetti (2009, p. 578), a sofisticação da produção de métodos e técnicas de avaliação emergiu inicialmente nos Estados Unidos a partir de 1960. No Brasil e na América Latina a expansão da utilização de métodos de avaliação ocorreria somente a partir de 1970, com maior ênfase nas décadas de 1980 e 1990.

Importantes avanços foram conquistados na área da avaliação nos últimos anos e sua expansão está relacionada à necessidade de acompanhamento dos investimentos realizados nas políticas, programas e projetos no que se refere à eficiência, eficácia e efetividade. Assim como, ao controle social e a transparência enquanto direito social.

Para cada tipo de avaliação há um leque de métodos, técnicas e instrumentos. Cada qual atendendo a intencionalidade da avaliação, o porquê e o para que se deseja avaliar, se esta será *ex-ante* ou *ex-post*, dentre outras técnicas, conforme aborda Jannuzzi (2014) e que será especificado no item quatro deste artigo.

Enquanto instrumento indispensável no processo de gestão das políticas públicas, a avaliação em conjunto ao planejamento e o monitoramento são parte do trabalho de intervenção profissional de Assistentes Sociais para obtenção de resultados no que concerne ao controle social e à gestão democrática, participativa e transparente das políticas públicas neste campo privilegiado de embates políticos.

No que tange à metodologia utilizada, a pesquisa é fundamental para se aprofundar o conhecimento sobre determinado tema a partir da descrição dos fenômenos e da análise concreta da realidade, para se desenvolver conhecimentos sobre a realidade social e as transformações que se processam na mesma em um processo de tornar consciente “os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir de processos históricos reais” (Netto, 2011, p. 18). Esta é uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores renomados no assunto, tais como: Jannuzzi; Gomes; Netto; Wanderley; Boschetti, Baptista, entre outros, que nos permitem uma análise crítica na perspectiva dialética a respeito das várias faces da avaliação.

Para tanto, iniciamos as discussões sobre avaliação partindo da contextualização sobre Política Social, do processo de Gestão em Políticas Sociais e dos instrumentos de gestão para chegarmos à discussão central do artigo: a avaliação enquanto instrumento indispensável no processo de gestão das políticas. Nossa intencionalidade foi de introduzir uma discussão crítica e reflexiva, sem a pretensão de esgotar as discussões sobre o tema, tão pouco enquanto objeto no seu fim, mas sim enquanto meio para enfrentar os desafios que são postos no campo contraditório das políticas sociais.

2 | CONCEITUANDO POLÍTICA SOCIAL

A constituição das políticas sociais no transcorrer da história passou por estágios de operacionalização intensa por parte do Estado, surgindo como estratégia de desmobilização da classe trabalhadora que reivindicava contra o pauperismo vivenciado na época e por melhores condições de vida. Por vezes, foi utilizada como resposta “paliativa” e “filantrópica”, distante da ótica do direito social.

Somente com a intensificação das lutas sociais e com as conquistas legais que

em meados de 80 com o Estado de Bem-Estar Social a ótica do direito passa a fazer parte das discussões concernentes à política pública, como parte constitutiva do sistema de proteção social¹.

No Brasil, as políticas sociais são resultantes das demandas da classe trabalhadora com seu equacionamento pelo Estado. Dentro deste contexto, as políticas sociais se constituem em instrumento do Estado na relação entre capital e trabalho, já que assegura direitos sociais a classe trabalhadora e promove a reprodução da força de trabalho - também como mecanismo de reprodução do capital.

Não é, pois, possível falar de política pública sem situar que ela acompanha o movimento sócio histórico e as transformações políticas e econômicas do país em que está inserida (e interesses internacionais), que refletem diretamente no significado político e constitutivo que hoje se sustenta nas bases neoliberais do Estado Mínimo.

Segundo Montaño (2006), as políticas sociais são instrumentos de intervenção do Estado e são também funcionais ao projeto hegemônico do capital. Embora as políticas sociais representem conquistas da classe trabalhadora, para o Estado o significado toma outra dimensão: o da manutenção da acumulação capitalista.

Já para o autor FALEIROS (1980, p. 55):

As políticas sociais do Estado não são instrumentos de realização de um bem-estar abstrato, não são medidas boas em si mesmas, como soem apresentá-las os representantes das classes dominantes e os tecnocratas estatais. Não são, também, medidas más em si mesmas, como alguns apologistas de esquerda soem dizer, afirmando que as políticas sociais são instrumentos de manipulação, e de pura escamoteação da realidade da exploração da classe operária.

Desta forma, em análise a conceituação e discussão dos dois autores, observa-se que são diversos os desafios no campo das políticas sociais – campo de embates, tensões e contradições decorrentes do jogo político e econômico. Tornando-se, assim, desafiador para o profissional que atua no campo das políticas públicas a realização de sua operacionalização sob a ótica dos direitos sociais. Acreditamos que o caminho estratégico para o enfrentamento desses desafios se efetive por meio de um processo de gestão participativo, transparente e democrático, cujos sistemas de planejamento, monitoramento e avaliação estejam bem delimitados e estruturados.

A seguir, introduzimos de forma breve, porém objetiva, considerações a respeito do processo de gestão, para então discutir de forma fundamentada as interfaces da avaliação.

3 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE GESTÃO SOCIAL

Este item trata especificamente das considerações teóricas sobre a Gestão Social, entendida como dimensão fundamental na operacionalização das políticas públicas,

1- A seguridade social é o sistema de proteção social decorrente do direito social. Essa proteção é assumida originalmente como dever do Estado e seus princípios são a universalidade, a uniformidade e a equidade.

no controle social e na participação. Segundo Tenório (2012, p.24) a expressão gestão social foi incorporada na linguagem acadêmica e em práticas gerenciais na América Latina a partir dos anos 90.

Falar de Gestão Social é referir-se à gestão das ações sociais públicas. Segundo Carvalho (1999, p.19),

Quando falamos em gestão social, estamos nos referindo à gestão das ações sociais públicas. A gestão do social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, o programas sociais, os projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas.

Pode-se afirmar que a gestão social é um conjunto de ações de gerenciamentos e refere-se à esfera pública, mas não se reduz à gerencia técnico-administrativa de serviços e programas sociais. Trata-se de um processo que é contínuo e dinâmico envolvendo as dimensões do planejamento, monitoramento e avaliação. É necessário ressaltar que todo processo de gestão deve, necessariamente, ser um processo participativo.

A gestão social é composta por três dimensões, sendo elas: propositiva, executiva e avaliativa. A dimensão propositiva envolve o processo de planejamento e formulação de ações, de tomada de decisões, estabelecimento de objetivos, prioridades, metas, entre outros. Quanto à dimensão executiva, trata-se de um processo que envolve a concretização das ações propostas e que se convertem em programas, projetos, entre outros. E a dimensão avaliativa visa, em suma, conhecer os impactos e resultados obtidos com ações executadas (BAPTISTA, 2010).

Segundo Wanderley (2013, p. 41)

As questões implicadas no debate sobre a Gestão Social podem ser apreendidas por diferentes ângulos, a depender da abordagem das diversas áreas do conhecimento teórico e prático de quem conduz o debate. Mas haveria algo que seja próprio à Gestão Social, algo que lhe seja peculiar ou que não lhe possa faltar, como um objeto, uma finalidade ou mesmo uma abordagem?

Conforme a autora citada, o tema Gestão Social não se esgota e pode ser discutido sobre diferentes contextos.

Aldaíza Sposati em uma de suas discussões a cerca do tema, lançou a seguinte reflexão: “a Gestão não é algo próprio da Gestão Social, mas é também algo importante para o Serviço Social”. Sendo também, um objeto importante para a administração de empresas e a administração pública. É uma forma de mediar às relações complexas de poder, das relações sociais, de projetos sociais, público ou privado, como complementa Ribeiro (2013) em análise a reflexão de Sposati.

Desta forma, assistentes sociais inseridos(as) em processos contínuos de gestão têm por desafio ser parte integrante do processo de planejamento, monitoramento e avaliação das ações. Neste contexto, a fim de melhor explicitar tais dimensões, segue nos próximos itens uma contextualização teórica acerca dos mesmos.

3.1 Planejamento, Monitoramento e Avaliação

A primeira dimensão do processo de gestão social é a dimensão propositiva. Segundo Baptista (2010, p. 9-10) o planejamento é um processo lógico e de poder que impregna o processo de tomada de decisões. O planejamento estratégico é baseado na intencionalidade e instrumentalização, “refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social” (BAPTISTA, 2010, p. 13). Supõe um conjunto de atividades contínuas e a utilização de atos decisórios, ordenando prioridades, respaldado em conhecimentos teóricos, científicos e técnicos.

Enquanto ferramenta estratégica de pensar e agir com base em estudos de situações, com o planejamento se define formas de ação, propõem-se objetivos e metas a serem alcançados. Para Baptista (2010, p. 16), o ato de planejar supõe um processo cíclico, em operações que se inter-relacionam de forma dinâmica e contínua. Processo este composto por reflexão, decisão, ação e posterior tomada de reflexão. Para a autora, o planejamento é um processo político pelo fato de ser um processo contínuo de tomada de decisões inseridas em relações de poder.

A realização do trabalho cotidiano precedido de planejamento e de indicadores sociais contribui para orientar caminhos, quando e como agir com prioridades de intervenção. A importância do planejamento estratégico para o Serviço Social se constitui no direcionamento que esse processo possibilita para intervenção profissional, possibilitando uma ação mais objetiva, qualificada e eficiente.

A gestão executiva é a segunda dimensão do processo de gestão social e envolve o desenvolvimento das ações propostas na dimensão propositiva. É o momento de se estabelecer procedimentos, determinar tarefas, de se realizar ajustes, revisões e monitorar as ações que estão sendo executadas.

O sistema de monitoramento deve permitir a adequação de medidas de ação em caso de desvios na ação e nos resultados planejados, além de ser o momento a se identificar e corrigir possíveis desvios e fornecer subsídios para a revisão e avaliação. É importante que exista uma dinâmica de controle com o acompanhamento da ação e coleta de informações durante a execução. O monitoramento deve ser efetuado por meio de um processo contínuo e dinâmico acompanhando a execução das atividades planejadas.

Para um monitoramento eficiente é necessário conhecimento do objeto a ser monitorado, fonte de informação sobre ele, utilização de banco de dados e de técnicas específicas para a estruturação, alimentação e posterior interpretação. O acompanhamento requer um conjunto de medidas de controle e com diferentes temporalidades.

A terceira dimensão é a avaliação, instrumento da gestão e todo processo de gestão deve ser avaliado. Sua importância é estratégica no acompanhamento das ações, prestação de contas e transparência. Permite verificar resultados, estabelecer

um sistema de controle social, dando credibilidade ao investimento realizado e produzindo conhecimento através de indicadores sobre a ação.

De acordo com Baptista (2010, p.113)

A avaliação está presente dialeticamente em todo o processo do planejamento: quando se inicia a ação planejada, inicia-se concomitantemente sua avaliação [...]. Não é portanto o seu momento final, mas aquele em que o processo ascende a outro patamar, reconstruindo dinamicamente seu objeto, objetivos e procedimentos.

Conforme a autora, a avaliação deve estar presente em todo o processo, ou seja, também no planejamento e no desenvolvimento das ações. Ela permite detectar desvios, erros, desvela caminhos, subsidia decisões e se conhecer os resultados e os impactos obtidos, que podem ser mensurados e transformados em indicadores.

A avaliação combina indicadores relativos à eficiência, eficácia e efetividade. Quanto à eficiência, Baptista (2010, p. 117-121) expõe que a avaliação da eficiência “tem por objetivo reestruturar a ação para obter, ao menos custo e ao menor esforço, melhores resultados”. E “a eficácia é analisada a partir do estudo da adequação da ação para o alcance dos objetivos e das metas alcançados”. Por fim, “a avaliação da efetividade diz respeito, mais propriamente, ao estudo do impacto do planejado sobre a situação, à adequação dos objetivos definidos para o atendimento da problemática do objeto de intervenção [...]”.

Fundamentada nestas três dimensões, o Serviço Social por meio do processo de gestão social atua estrategicamente no campo contraditório das políticas social. E para tanto, como objeto de estudo deste artigo, destacamos no próximo item a Avaliação enquanto instrumento indispensável no processo de gestão e ferramenta indispensável na atuação do profissional do Serviço Social.

4 | AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL NO PROCESSO DE GESTÃO

Após a contextualização conceitual apresentada no item anterior, pensar a avaliação enquanto instrumento indispensável no processo de gestão requer uma análise reflexiva, contextualizada, sobre a questão política da avaliação, enquanto sua intencionalidade, direção, interesses e objetivos.

Topo processo de avaliação, anterior a sua execução, passa por um processo político, ou seja, de planejamento, de delimitação de sua intencionalidade: Avaliar para que? Avaliar como? Avaliar para quem? Questão chave na gestão transparente e democrática das políticas sociais, uma vez que a avaliação, por meio de indicadores sociais realizará uma leitura da realidade emitindo um juiz de valor, que pode ser interpretado por diferentes perspectivas dependendo da visão de mundo e da fundamentação teórica do público que a lê.

Gomes (2001, p. 18) ressalta que:

[...] a avaliação tem uma perspectiva política que deve ser resgatada no sentido de contribuir para garantir a efetivação e universalização dos direitos de cidadania, mas essa contribuição só se realiza quando os resultados por ela produzidos servem para instrumentalizar a população nessa luta por cidadania. Assim, é necessário publicizar esses resultados para que ela cumpra seu objetivo. Propõe-se a ultrapassagem da lógica econômica própria do estado ou da noção de rentabilidade econômica, definindo claramente o lugar do setor econômico e social. Trata-se, assim, de ultrapassar o caráter estritamente econômico e técnico da avaliação fundado no modelo funcionalista ou racionalista clássico que escamoteia seus princípios políticos, sem contudo negar a importância da dimensão técnica da avaliação de políticas sociais.

Assim, amparadas nos apontamentos da autora, discutir a avaliação enquanto instrumento indispensável requer atenção para além da produção dos resultados, requer olhar o seu caráter mais amplo, no tocante o papel intrínseco e necessário de controle social das políticas sociais. Por fim, ao papel transparente, democrático e participativo em uma perspectiva de cidadania de publicização das informações e produção de conhecimento sobre dada realidade.

Entretanto, cabe ressaltar que existem diferentes modos de se pensar avaliação que precisam ser identificados e considerados, a começar pelos termos *ex-ante* e *ex-post*, que faz referencia o renomado autor Jannuzzi (2014, p. 24):

Em uma definição aplicada para o campo da gestão social, o conceito de avaliação pode se referir ao conjunto de procedimentos técnicos utilizados para produzir informações e conhecimento para o desenho (*ex-ante*), implementação e validação (*ex-post*) de programas e sociais, de acordo com o ciclo de maturidade do objeto avaliado. Em outras palavras, podem ser de natureza diagnóstica (avaliação diagnóstica), produzindo ou utilizando dados de fontes confiáveis, com o objetivo de conhecer melhor o problema social que se deseja tratar. Podem ser utilizadas para ajudar a desenhar ou avaliar a viabilidade de propostas de intervenção para o tratamento de problemas sociais (avaliação de desenho). Podem ser realizadas durante o processo de implementação da intervenção proposta, ajudando a corrigir rumos e resolver eventuais problemas (avaliação de implementação). Superados os desafios da implementação, as demandas de informação e conhecimento voltam-se para a avaliação de resultado ou avaliação de impacto (resultado consolidado) do programa ou projeto.

Com base na conceituação de Jannuzzi sobre os vários tipos de avaliação e os vários termos utilizados para especificá-las, podemos compreender que um tipo não substitui o outro, pelo contrário, eles se complementam. Tanto a avaliação diagnóstica, como a de processo, e a de impacto. Uma fornecerá subsídio à outra, através dos indicadores sociais levantados.

Independente dos diversos tipos e termos utilizados para os diferentes momentos da avaliação, o foco deste artigo é destacar a avaliação enquanto instrumento indispensável no processo de gestão, a avaliação enquanto estratégia no campo contraditório das políticas sociais, enquanto recurso privilegiado para o exercício da cidadania por meio do controle e da participação social. Que pode ser apropriada na atuação do Serviço Social para produção de conhecimento crítico da realidade e que vai para além dos indicadores quantitativos ao realizar em conjunto com este

uma análise, uma avaliação qualitativa, desprovida de “achismos” e pré-conceitos, mas sim, fundamentada em princípios éticos direcionados pelo Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social.

Desde modo, realizar uma conexão do conceito de avaliação, de sua intencionalidade e do papel do Serviço Social com o processo de gestão democrática das políticas públicas nos remete olhar para o que Boschetti (2009, p. 580) aponta: “A avaliação de políticas sociais deve se situar na compreensão do significado do papel do Estado e das classes sociais na construção dos direitos e da democracia”. Ou seja, a avaliação enquanto produção de informação sobre a realidade é um direito social e um dever do Estado.

E o Serviço Social enquanto profissão que luta pela defesa intransigente dos direitos sociais, tem por desafio nas políticas sociais utilizar a avaliação como estratégia para garantia destes direitos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar do tema avaliação no seio das políticas sociais enquanto instrumento indispensável no processo de gestão requer um esforço que ultrapasse e supere as concepções tecnicistas e funcionalistas da avaliação utilizadas historicamente como meio apenas de medir resultados.

Durante a elaboração do artigo, por meio do estudo nos autores de referência no tema, podemos concluir, embasadas na reflexão crítica/dialética, que a avaliação enquanto dimensão do processo de gestão permite ao profissional de Serviço Social, à luz do materialismo histórico dialético, uma intervenção junto à realidade sob diferentes perspectivas, permite identificar a intencionalidade da ação, seu resultado e a publicização deste resultado.

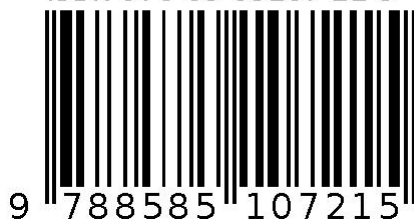
E ainda, a avaliação perpassa por aspectos democráticos e há possibilidade de ampliação da comunicação entre a população e o Estado. Para assistentes sociais, a avaliação realizada por meio do compromisso ético político profissional produzirá um produto com recorte de dada realidade, sem perder de vista a totalidade do contexto social, de forma transparente, democrática, com o intuito de ampliar o acesso aos direitos sociais por meio do controle social das políticas públicas.

Por fim, não no intuito de esgotar as reflexões sobre o tema, mas de sintetizar as considerações finais, as autoras querem deixar como contribuição do estudo as seguintes reflexões: “Qual o sentido da avaliação? Avaliar para que? Avaliar para quem?”.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 2. ed. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2010. 155 p.
- BESSON, Jean-Louis. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo, UNESP, 1995 .
- BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Gestão Social: alguns apontamentos para o debate**. In: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis (org). *Gestão Social: uma questão em debate*. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.
- CASSAB, Maria Aparecida T. **Seguridade Social e Cidadania**. In. Trabalho com famílias/orgs. Mariangela B. Wanderley, Isaura I. Mello e Oliveira. São Paulo: IEE-PUC-SP,2004.
- FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais**. São Paulo: Cortez, 1980.
- GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. *Avaliação de Políticas Sociais e Cidadania, pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico* IN M. O. Silva e Silva, (org.) *Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. São Paulo, Editora Veras, 2001.
- JANNUZZI, Paulo. **Avaliação**. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIA-GS/UFBA, 2014. P. 24-27.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETO, José Paulo. *O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais*. IN NOGUEIRA, F. e RIZZOTTI, M.L. (orgs) **Estado e Políticas Sociais: Brasil-Paraná**. EDUNIOESTE, 2006.
- MONTANO, Carlos. **Um projeto para o Serviço Social crítico**. Rev. katálysis. Florianópolis, 2006, vol.9, n.2, pp. 141-157.
- RIBEIRO, Elizabeth Matos. *Gestão Social e Administração Política: Fronteiras e Aproximações de Dimensões Teórico-Epistemológicas e Práticas Convergentes*. In JUNQUEIRA, LAP; DIAS, S.G.; WANDERLEY, M.B. MENDONÇA P. (orgs) **Gestão Social: mobilizações e Conexões**. São Paulo: LCTE, 2013.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão social : aspectos teóricos e aplicações** / orgs. Airton Cardoso Cancado, Fernando Guilherme Tenorio, Jeova Torres Silva Jr. Ijuí, RS : Ed. Unijui, 2012.
- WANDERLEY, M.B. *Gestão Social e Políticas Públicas: Uma questão em Debate*. In JUNQUEIRA, LAP; DIAS, S.G.; WANDERLEY, M.B. MENDONÇA P. (orgs) **Gestão Social: mobilizações e Conexões**. São Paulo: LCTE, 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-21-5



9 788585 107215